

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Ensino de História da África

Dejair Dias de Souza

**ANALISE CRÍTICA DA BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR EM RELAÇÃO AO ENSINO DE HISTÓRIA DA
ÁFRICA E AS CONTRIBUIÇÕES CURRICULARES DE
ANGOLA**

Rio de Janeiro
2020



Dejair Dias de Souza

**ANALISE CRÍTICA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM
RELAÇÃO AO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E AS CONTRIBUIÇÕES
CURRICULARES DE ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Departamento de História, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador Professor Me. Alex Sandro Barcelos Côrtes

Rio de Janeiro
2020

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S729 Souza, Dejair Dias de
Análise crítica da base nacional comum curricular em relação ao ensino de história da África e as contribuições curriculares de Angola / Dejair Dias de Souza. - Rio de Janeiro, 2020.

24 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Alex Sandro Barcelos Côrtes.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Currículo. 3. Ensino fundamental. I. Côrtes, Alex Sandro Barcelos. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Dejair Dias de Souza

**ANALISE CRÍTICA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM
RELAÇÃO AO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E AS CONTRIBUIÇÕES
CURRICULARES DE ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Departamento de História, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Me. Alex Sandro Barcelos Côrtes (Orientador)
PROPGPEC - Colégio Pedro II

Prof. Me. Luciano de Moura Guimarães
PROPGPEC - Colégio Pedro II

Prof^a. Dr^a. Patrícia Teixeira de Sá
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2020

ANALISE CRÍTICA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM RELAÇÃO AO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E AS CONTRIBUIÇÕES CURRICULARES DE ANGOLA

Dejair Dias de Souza

Resumo: A Base Nacional Comum Curricular vigente desde 21 de dezembro de 2017, foi aprovada pelo Ministério da Educação sob várias críticas tanto em relação ao seu conteúdo final quanto na metodologia adotada pelo Conselho Nacional de Educação para a realização dos debates e confecção do texto da BNCC. Neste artigo intitulado “Análise crítica da Base Nacional Comum Curricular em relação ao ensino de História da África e as contribuições curriculares de Angola”, analisarei de forma crítica os componentes curriculares referentes ao ensino de história da África nos anos finais (6º ao 9º) do Ensino Fundamental contidos na BNCC e os compararei com as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Farei ainda comparações entre os conteúdos de História da África contidos na BNCC e os adotados em Angola no 1º Ciclo do Ensino Secundário (da 7ª a 9ª classes). Espero que a experiência angolana contribua com novas perspectivas para o ensino de História da África no Brasil.

Palavras-chave: Currículo; História da África; Ensino Fundamental.

CRITICAL ANALYSIS OF THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE IN RELATION TO THE TEACHING OF AFRICAN HISTORY AND THE CURRICULAR CONTRIBUTIONS OF ANGOLA

Abstract: The National Common Curricular Base current since December 21, 2017, was approved by the Ministry of Education under several criticisms both in relation to its final content, as well as the methodology adopted by the National Council of Education for conducting debates and making the BNCC text. In this article entitled “Critical Analysis of the National Common Curricular Base in relation to the teaching of African History and the Curricular Contributions of Angola”, I will critically analyze the curricular components related to the teaching of African history in the final years (6th to 9th) of the Basic Education contained in the BNCC and I will compare them with the determinations of the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-racial relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture. I will also make comparisons between the contents of African History contained in the BNCC and those adopted in Angola in the 1st Cycle of Secondary Education (from 7th to 9th grades). I hope that the Angolan experience will contribute with new perspectives for the teaching of African History in Brazil.

Keywords: Curriculum. African history. Fundamental Education.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativas do tema.

Optei por uma pesquisa que analisasse os conteúdos dos cursos de formação política de sindicatos e partidos do chamado campo progressista e as suas abordagens do papel do trabalhador negro escravizado e livre na formação da classe operária brasileira.

A escolha desse tema se deu, em parte, por já possuir um acúmulo teórico em história da classe operária, pois na monografia de meu bacharelado em História na UFRJ, abordei as consequências sociais do processo de privatização das empresas públicas e em particular a privatização da Empresa Alcalis, situada em Arraial do Cabo, e o processo de despejo dos trabalhadores que residiam na Vila Operária.

Entretanto somos condicionados por fatores concretos da realidade e o início da pandemia da COVID-19 impôs uma necessidade de isolamento social, pela inexistência de uma vacina. Sendo assim o trabalho de campo da pesquisa ficou totalmente prejudicado. Entretanto a expectativa de uma saída para a crise sanitária que se abateu sobre o mundo todo, me fez aguardar por um tempo, até que a permanência da crise me obrigou a escolher um outro tema. Realizei um levantamento de dados e fontes que possibilitasse uma pesquisa exclusivamente on-line, e acabei por encontrar uma publicação da a-REAeduca¹ que tinha por objetivo evidenciar os sistemas de ensino nos países de língua portuguesa apresentando as suas estruturas organizativas.

O acesso a este material me despertou o interesse em fazer uma comparação entre os conteúdos da disciplina de História destes países e verificar as formas de abordagem sobre a História da África. A escassez de tempo e a dificuldade para encontrar fontes on-line, me fez estabelecer um recorte espacial, reduzindo a comparação para dois países: Brasil e Angola. Após algumas leituras, o objeto de minha pesquisa foi se moldando, pois antes de realizar uma comparação com conteúdos programáticos de outros países, se fazia necessário uma análise dos conteúdos de História da África no Base Nacional Comum Curricular do Brasil.

Analisar o conteúdo de História da África na Base Nacional Comum Curricular passou a ser essencial para a pesquisa. Com a aprovação da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, alterada pela lei 11.645 de 10 de março de 2008, passou a ser obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena, devendo ser abordado, entre outras temáticas, o estudo de história da África e dos africanos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana aprovada em 10 de março de 2004 ao tratar das determinações da inclusão de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação Básica, destaca que a inclusão desses conteúdos tem forte repercussão pedagógica e que apesar de não mudar o foco eurocêntrico para um afrocêntrico, amplia os currículos escolares. Ao tratarem das Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações, as Diretrizes Curriculares especificam temas a serem abordados sobre História da África.

Desta forma nesse trabalho analisaremos a Base Nacional Comum Curricular vigente desde 21 de dezembro de 2017, para verificarmos o quanto é destinado ao Ensino de história da África, em comparação com os conteúdos sobre os continentes americano e europeu, na disciplina de História nos anos finais (6º ao 9º) do Ensino Fundamental. Faremos uma

¹ A a-REAeduca é uma revista online organizada a partir de repositório aberto de conteúdo educacional. O site oficial da a-REAeduca pode ser consultado no endereço <https://reaeduca.wixsite.com/reaeduca>. A publicação a qual nos referimos pode ser acessada em <https://reaeduca.wixsite.com/reaeduca/copia-copia-copia-copia-artigo1>.

comparação com os conteúdos de História da África no currículo escolar de Angola e apontaremos conteúdos programáticos que podem enriquecer o nosso estudo sobre História da África.

Nosso trabalho de “Análise crítica da Base Nacional Comum Curricular em relação ao ensino de História da África e as contribuições curriculares de Angola”, será organizado em quatro partes.

Na primeira parte destacaremos os apontamentos que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana fazem sob o conteúdo referente a história da África. Na segunda parte analisaremos a Base Nacional Comum Curricular, para verificamos se existe discrepância do conteúdo sobre História da África em relação aos conteúdos referentes a História da América e da Europa no currículo destinado as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e aos apontamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais. Na terceira parte faremos a comparação dos conteúdos de História da África contidos na Base Nacional Comum Curricular com conteúdos adotados em Angola. Na parte final apresentaremos as conclusões e nos debruçarmos no conteúdo curricular utilizado em Angola, que assim como o Brasil sofreu com a colonização portuguesa, esperamos contribuir com novas perspectivas para o ensino de História da África.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. História da África nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004 instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tais diretrizes fazem parte do Parecer CNE/CP 3/2004, que regulamentou as alterações que a Lei 10.639/200 fez na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

A referida resolução em seu segundo artigo afirma que as Diretrizes Curriculares se constituem de orientações, princípios e fundamentos que visam a promoção da educação de cidadãos atuantes e conscientes na busca de relações étnico-sociais positivas e na construção de uma nação democrática. Para alcançar esses objetivos o inciso dois deste mesmo artigo determina que o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana destaque a importância do reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros e da necessidade de garantir o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Ainda de acordo com a Resolução nº1, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica devem constituir os componentes curriculares, em especial, das disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Ao longo do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é possível identificarmos os conteúdos curriculares específicos de História da África. O texto das Diretrizes destaca em suas “Determinações”:

“ A obrigatoriedade de inclusão e cultura afro-brasileira e africana nos currículos de educação básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores (...). É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um

africano, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (...).”

Podemos observar que as Diretrizes Curriculares assumem um caráter transformador, mesmo não buscando a constituição de um currículo afrocêntrico, ao propor uma mudança de foco rompe com o eurocentrismo tradicionalmente utilizado. Ao analisar as Diretrizes Curriculares André Luigi discute sobre a importância da superação do currículo “quadripartite”²:

“ O ensino de História desvaloriza e esvazia a trajetória de outras sociedades. Impor um único padrão cultural como superior, ideal e universal e, a partir daí silenciar e negar o diferente, atribuindo caráter pejorativo na medida que o interpreta não pelo que é, mas pelo que não é, reproduz justamente o princípio da atitude colonizadora. O currículo “quadripartite”, mais do que apresentar recortes de conteúdos de História, apresenta uma opção: a escolha pela reprodução do princípio colonizador” (LUIGI, 2016, p.13).

O desenvolvimento da história da África no currículo de História deve ter por meta a ampliação do conteúdo, rompendo com o ponto de vista do colonizador e valorizando múltiplos olhares, dando importância para o ponto de vista dos povos colonizados.

O conteúdo das Diretrizes Curriculares apresenta princípios para um ensino que abarque ações educativas de combate ao racismo e as discriminações, para isso determina uma mudança de mentalidade e conseqüentemente uma forma diferente de abordar a história do continente Africano e de seus povos, com o destaque para questões positivas e não somente para o racismo e as discriminações. Essa nova temática deve dar espaço:

“... - ao papel dos anciões e dos griots como guardiões da memória histórica; - à história da ancestralidade e religiosidade africana; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábue; - ao tráfico e à escravidão do ponto de vista do escravizados; - ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; - à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; - às lutas pela independência política dos países africanos; - às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana, para tanto; - às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; - à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; - à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; - aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora”.

Observamos que ao expor esta série de temas as Diretrizes Curriculares ampliam qualitativamente o conteúdo sobre a História da África, dos africanos e seus descendentes fora de África, indo para além dos temas sobre escravidão e colonialismo. Este aumento do conteúdo curricular dos temas sobre História da África implica em um maior equilíbrio em relação aos conteúdos sobre história de outros continentes e outros povos e ao não propor um aumento da carga horária da disciplina de História, com a finalidade de garantir mais horas-aulas para desenvolvimento desses conteúdos, leva a uma necessária mudança dos componentes curriculares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apresentam questões sobre a cultura africana que devem ser abrangidos nos currículos escolares e são essas:

² O currículo eurocêntrico “quadripartite” organiza a disciplina de História no currículo acadêmico, de forma evolutiva, linear, progressiva e a divide em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

“ - as contribuições do Egito para a ciência e filosofia ocidentais; - as universidades africanas de Timbuktu, Gao, Djene que floresciam no século XVI; - as tecnologias de agricultura, de beneficiamento de cultivos, de mineração e de edificações trazidas pelos escravos, bem como a produção científica, artística (artes plásticas, literatura, música, dança, teatro), política, na atualidade”.

Fica explícito que as Diretrizes Curriculares ao proporem uma abordagem positiva sobre a História da África fazem um resgate de uma história que inexistia quando os currículos escolares apresentam o continente africano a partir da “natureza exótica” e de “tribos primitivas”. Este destaque da participação dos africanos na história mundial e na atuação em diferentes áreas do conhecimento: de trabalho, de elaboração tecnológica e artística e de luta social, contrasta com o conteúdo de manuais didáticos escolares que identificam a África e os povos africanos apenas com uma situação de atraso econômico, fome e guerras.

Ao discutir as Diretrizes Curriculares, Martha Abreu e Hebe Mattos destacam a importância dada ao ensino de História da África e considera que os temas de estudo da história africana são unificados a partir de: “uma perspectiva de não vitimização do continente a ponto de negar-lhe a capacidade de protagonismo histórico. Trata-se de estudar a história africana com o mesmo tipo de abordagem que se aplica à história europeia ou brasileira” (ABREU, MATTOS, 2018, p. 16).

Cabe-nos verificar se as propostas em relação à História da África contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram consideradas na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, de tal forma que possam ter um quantitativo de conteúdo semelhante, ou bem próximo, ao conteúdo referente a história europeia e americana.

O conteúdo da Base Nacional Comum Curricular é importantíssimo, pois orienta os currículos da educação básica em escolas públicas e privadas em todo o país, as políticas de valorização e reconhecimento da história e da cultura dos africanos e de seus descendentes na diáspora precisam ser desenvolvidas na BNCC a fim de integrarem os conteúdos curriculares dos sistemas e das redes escolares estaduais e municipais e das propostas pedagógicas das instituições educacionais.

2.2. Breve histórico da elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular foi elaborada para ser um documento de caráter normativo que tem como função definir um conjunto de conhecimentos a serem desenvolvidos na formação dos alunos na Educação Básica. A criação de uma base curricular comum nacional é prevista na Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 210 traz o seguinte texto: “Artigo 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Há previsão também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que no artigo 26 diz:

“ Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”.

Assim como também é prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), nas metas 2, 3 e 7, que seguem:

“Meta 2, 2.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental; (...)

Meta 3, 3.3) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio; (...)

Meta 7, 7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local”.

A Base Nacional Comum Curricular começou a ser elaborada a partir do “I seminário Interinstitucional para elaboração da BNC” realizado entre 17 e 19 de junho de 2015, em setembro foi disponibilizada a 1ª versão da BNCC, que passou a ser discutida nas escolas. A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) criou um sítio na Internet para receber sugestões para uma nova redação da BNCC e teve início um processo colaborativo para a confecção da Base Nacional Comum Curricular. Em maio de 2016, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a segunda versão da BNCC, de junho a agosto o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) realizaram seminários estaduais para que professores, gestores e especialistas debatessem essa segunda versão da BNCC.

No dia 28 de junho Michel Temer, que era então presidente interino, revogou a nomeação de 12 dos 24 conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE). O MEC divulgou uma nota alegando que a medida foi adotada com base em pareceres jurídicos do próprio Ministério da Educação, da Advocacia-Geral da União e respaldada pela subsecretária de assuntos jurídicos da Presidência da República. A Associação dos Docentes da Universidade de Manaus publicou em sua página na Internet uma entrevista onde a professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do Comitê da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Catarina de Almeida Santos se mostrou preocupada com a revogações executadas por Temer, pois essas podiam interferir na definição de normas e no acompanhamento de políticas educacionais, já que cabia ao CNE aprovar a Base Nacional Comum Curricular antes de esta ser encaminhada para a homologação do Ministério da Educação.

No mês de abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC para o CNE. Em 11 de agosto durante audiência promovida pelo CNE a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou em conjunto com o Sindicato de Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC), o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato) uma manifestação em Florianópolis (SC) contra a BNCC. Do ato participaram as entidades sindicais, estudantes e membros da comunidade escolar. Para a direção da CNTE a BNCC: “não se trata de uma Base, mas de um conjunto de objetivos de aprendizagem. Além disso, a redação do documento foi feita sem a participação social e há a necessidade de ser discutida a partir da escola, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e não de dentro do MEC” (<https://www.cut.org.br/noticias/cnte-participa-de-manifestacao-contra-a-bncc-em-santa-catarina-5f54> . Acessado em: 30 nov. 2020). Citamos um ato contra o texto da BNCC e o método adotado pelo Ministério da Educação para aprová-la, mas esse não foi o único realizado no país.

No dia 20 de dezembro, o Ministro da Educação assinou a Portaria Nº 1570 do MEC homologando o Parecer CNE/CP nº 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que implementou a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e no dia 22, do mesmo mês, o CNE apresentou a Resolução CNE/CP Nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

O parecer do Conselho Nacional de Educação que implementou a BNCC não foi aprovado por unanimidade, três conselheiras pediram vistas ao parecer e votaram contrárias a este. De acordo com a conselheira do CNE, Márcia Angela da S. Aguiar a posição contrária a terceira versão da BNCC, adotada por ela e pelas conselheiras Aurina Oliveira Santana e Malvina Tania Tuttmann “é respaldada pelas principais organizações científicas do campo educacional e das entidades sindicais dos trabalhadores da educação básica” (AGUIAR, 2018, p. 8).

Márcia Angela argumenta que a metodologia adotada pelo MEC para a construção da BNCC foi linear, vertical e centralizadora. Segundo ela, as contribuições feitas a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, não passaram por um processo coletivo de discussão e de definição das propostas a serem incorporadas. Já em relação a segunda versão, o questionamento recai sobre os seminários realizados pela Undime e pelo Consed, onde a BNCC foi apresentada de forma segmentada por componentes curriculares e cabia aos participantes apenas concordar ou não com o documento apresentado, coube a um Grupo Gestor, formalizado pelo MEC, definir quais contribuições fariam parte da, então, terceira versão. Para as conselheiras a versão final não cumpriu com as exigências legais pois excluiu do documento o Ensino Médio, minimizou a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não considerou a especificidade da educação no campo.

2.3. História da África na Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular foi aprovada após o Conselho Nacional de Educação ratificar a Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004 instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Por este motivo a BNCC deve em seu conteúdo considerar os componentes curriculares apresentados pelas diretrizes no que tange ao ensino de História da África.

A disciplina de História está na BNCC, do 6º ao 9º ano, organizada para que cada ano aborde os conteúdos da seguinte forma:

“No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África.

No 7º ano, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII.

No 8º ano, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas.

No 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais,

da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente”.

A BNCC divide o componente “História” em “unidades temáticas” e em cada uma delas destaca os “objetos de conhecimentos” acompanhados das “habilidades” que devem ser desenvolvidas. Para fins de comparação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apresentaremos as “unidades temáticas” com as “habilidades”³ referentes a História da África definidas para cada ano do Ensino Fundamental.

“História: tempo, espaço e formas de registros:

(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.

(...)

(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.

(...)

A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades:

(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.

(...)

Lógicas de organização política:

(EF06HI13) Conceituar “império” no mundo antigo, com vistas à análise das diferentes formas de equilíbrio e desequilíbrio entre as partes envolvidas.

(...)

Trabalho e formas de organização social e cultural:

(EF06HI17) Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.

(...)

O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias:

(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.

(...)

A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano:

(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).

(...)

Lógicas comerciais e mercantis da modernidade:

(EF07HI13) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico.

³ As habilidades são precedidas de códigos de identificação composto por: o primeiro par de letras indica a Etapa de Ensino, em nosso caso EF indica Ensino Fundamental, o primeiro par de números indica o ano (ou bloco de anos) a que se refere a aprendizagem ou habilidade, o segundo par de letras é uma abreviação do componente curricular, em nosso caso HI significa História e o último par de números indica a posição da habilidade na numeração sequencial do ano.

(EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente.

(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.

(EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.

(...)

Configurações do mundo no século XIX:

(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.

(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica.

(...)

(EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.

(...)

Totalitarismos e conflitos mundiais:

(EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.

(...)

História recente:

(EF09HI31) Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia”.

O texto final da BNCC apresenta um quantitativo de assuntos relacionados a História da África superior ao apresentado nas duas versões anteriores. Raimundo Agnelo Soares Pessoa nos afirma que na primeira versão foram apresentados apenas sete e na segunda, oito (PESSOA, 2016, p. 08). Esse aumento é significativo, porém observamos que a História da África ainda é um assunto pouco abordado, pois o componente História possui ao todo, nos anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental, um total de 99 “habilidades” e somente 17 são sobre história da África. Por outro lado, temos 31 “habilidades” sobre a Europa e 25 sobre a América, excetuando-se as “habilidades” sobre a História do Brasil. Essa reduzida quantidade de assuntos abordados sobre o continente africano explicita que na BNCC ainda persiste um discurso historiográfico que não considera que os africanos trazidos escravizados para o Brasil são formadores da sociedade brasileira tanto quanto os portugueses, outros europeus e os povos originários.

Ao discutir sobre a História e a Cultura Afro-brasileira no texto da segunda versão da BNCC, Ana Cristina J. da Cruz destaca que “a estrutura que orienta a disposição dos conteúdos se limita ainda a uma cronologia que se inicia com a ‘Grécia Clássica’ (...) A África fica ao trabalho, ao tráfico e a escravidão além de breves referências à sua organização ‘social e política.’” (CRUZ, 2017, p. 145). No texto já citado de Raimundo Agnelo, ao falar da abordagem insuficiente sobre a África nas versões da BNCC por ele analisadas, o autor diz que “é preciso questionar que saberes, geográficos e temporalmente, daquele continente, são significativos para a História do Brasil”.

2.4. História da África nas Diretrizes Curriculares e na BNCC.

As determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana explicitam temas sobre a História da África que não observamos nos “objetos de conhecimento” e nas “habilidades” definidas na Base Nacional Comum Curricular. Esta ausência pode ser

explicada pelo fato de que a BNCC não aborda a História de forma detalhada, entretanto, por ser um documento que orienta a formação dos currículos da Educação Básica no Brasil, a BNCC não pode negligenciar conteúdos curriculares importantes para o pleno cumprimento da Lei 10.639/2003. Em nota publicada em fevereiro de 2016 o GT de História da África da Anpuh (Associação Nacional de História) em conjunto com a Associação Brasileira de estudos Africanos (ABE-África) avaliou que a BNCC dá importante destaque à História da África, entretanto afirmou que “os conteúdos relativos a esse campo do conhecimento não contemplam toda a complexidade das organizações sociais, culturais e políticas africanas, necessária à compreensão da História do continente” (ANPUH, 2016).

Como alguns exemplos de conteúdos das Diretrizes Curriculares ausentes na BNCC podemos citar:

- no 6º ano: ao não abordar os núbios e sua sociedade, quando tratam da antiguidade na África, acaba por manter uma perspectiva que só vê importância nos egípcios;
- no 7º ano: temos um exemplo de racismo epistêmico, pois é ignorado por completo o florescimento das universidades africanas de Timbuktu, Gao, Djene no século XVI, e desta forma mantém invisibilizada a produção intelectual africana neste período;
- no 8º ano: não são consideradas as tecnologias de agricultura, de beneficiamento de cultivos, de mineração e de edificações trazidas pelos escravizados, bem como a produção científica, artística e política. E também não são elencadas as ações em busca de maior unidade entre os países africanos em nosso dias e o papel da União Africana⁴ e as relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora;
- No 9º ano: ao se discutir as relações do Brasil com outros países não são mencionadas as diversas relações comerciais e os acordos políticos, educacionais e culturais com a África.

As Diretrizes Curriculares não se limitam aos exemplos dados, destacamos apenas alguns para demonstrar o quando a Base Nacional Comum Curricular carece de conteúdo sobre o continente africano. Esta carência se choca com um dos princípios da própria BNCC que é a “formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”, pois deixa lacunas importantes na história de povos africanos e de seus descendentes, que foram e são parte constitutiva da história do país.

Na nota do GT de História da África da Anpuh e da ABE-África, estas entidades, consideram que a abordagem da BNCC exclui conteúdos “fundamentais para a compreensão da diversidade das sociedades e dos processos históricos africanos” e isto é considerado um rompimento com uma historiografia mais atual.

O texto das Diretrizes Curriculares aponta que é necessária uma mudança de mentalidade individual e institucional, para isto ser alcançado determina que:

“- O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. “

A Base Nacional Comum Curricular aborda a História da África, porém ainda distante do determinado pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ao não seguir as

⁴ A União Africana (UA) foi fundada em 2002, ocupando o lugar da antiga Organização da Unidade Africana, esta última atuante desde 1963. Com objetivo de prevenir conflitos na região e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento do continente, a UA busca principalmente acelerar o processo de integração dos países africanos. <https://www.ufrgs.br/cebrafrica/uniao-africana/>.

Diretrizes Curriculares a BNCC deixa de contribuir de forma efetiva para a construção de uma nova perspectiva sobre o continente africano. De forma oposta a BNCC as Diretrizes Curriculares apontam para uma abordagem mais atualizada com as demandas de pesquisadores sobre História da África e dos movimentos sociais.

Em seu texto sobre a “Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil”, Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau, discutem sobre as Diretrizes Curriculares e identificam que um dos objetivos do documento é:

“a garantia do igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira e a afirmação de que os conteúdos propostos devem conduzir à reeducação das relações étnico-raciais por meio da valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e dos africanos. Essa demanda, destinada aos sistemas de ensino, escolas e professores, responde às reivindicações de políticas de ações afirmativas, reparações, reconhecimento e valorização de histórias, culturas e identidades dos movimentos sociais negros” (OLIVEIRA, CANDAU, 2010, p.32).

Esta conclusão dos autores nos indica que a aplicação da Diretrizes Curriculares nos leva a uma pedagogia que constrói novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Para esses autores, essa é uma práxis que não se limita a denúncias pois se baseia numa ação propositiva. Esta ação pedagógica para nós, ao desenvolver os conteúdos referentes a História da África, deve se articular com experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes realidades do povo negro. Desta forma acreditamos que as experiências dos currículos dos países africanos podem auxiliar na elaboração dos conteúdos curriculares sobre a História da África.

2.5. Angola faz parte da História do Brasil.

A professora da UFRJ Monica Lima participou do “Seminário História da África e Relações com o Brasil”⁵ e em sua palestra ela afirmou que muitos povos africanos ao trazerem suas memórias e identidades influenciaram as relações sociais que aqui se desenvolviam e essa herança africana pode ser observada na religiosidade, na língua (vocabulário e modo de falar), na movimentação corporal (ritmos musicais e formas de dançar), na tecnologias, em práticas terapêuticas e na alimentação no Brasil. Lima destaca exemplo de palavras que usamos e indica a origem delas: “dengo, carimbo, farofa, moleque, neném, quitanda, samba, querem palavras mais brasileiras que essas? De fato, são brasileiras, mas nasceram na África, foram trazidas da ampla região central africana banhada pelo Atlântico, onde se encontram hoje Angola e os países que levam Congo em seus nomes” (SOUZA, 2018, p.172). Quando trata das danças, Lima, cita que vários pesquisadores identificam na forma da movimentação dos quadris e pelvis um rebolado característicos da ginga congo-angolana. Os exemplos na área da tecnologia, com destaque na metalurgia, também demonstram a utilização de escravizados da região do congo-angola no Brasil principalmente em comarcas de Minas Gerais.

Monica Lima deixa evidente que a influência da África no Brasil não se limita a povos de uma única região, pois foram trazidos compulsoriamente para o Brasil milhões de africanos, entretanto destacamos a importância dos indivíduos da região de Angola para demonstrar o quanto a história de Angola e do Brasil possuem pontos de interseção e trocas.

Os vínculos entre Brasil e Angola não se resumem aos exemplos dados anteriormente, porém não faz parte do objetivo deste artigo aprofundar esse debate, para além do que já foi

⁵ Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty, com o apoio do Instituto Rio Branco. Realizado de 19 a 23 de outubro de 2015.

exposto, destacamos ainda que as relações diplomáticas entre os dois países têm apenas 45 anos. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência da República de Angola, em 1975 e ambos os países fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁶.

A intenção ao abordarmos os conteúdos curriculares utilizados em Angola é demonstrarmos como a História da África é estudada pelos próprios africanos e como essa experiência pode ajudar com exemplos de conteúdos para a BNCC.

2.6. O Ensino de História e a Reforma Educacional Angolana.

O ensino de História de Angola ao longo do tempo passou por várias mudanças: no período colonial seu conteúdo era centrado na História da Europa, na Antiguidade Mediterrânea e nos Descobrimentos. Com a independência do país foi adotado um novo sistema educacional e o ensino de História passou a ter influências socialistas e foi africanizada. Em sua Tese de Doutorado em História Rebeca Helena André discute o ensino de História em Angola e apresenta como se distribuiu o conteúdo da disciplina no sistema educacional depois da independência angolana:

“Em suma, pode-se concluir que o estudo da História de Angola nas primeiras etapas da descolonização era proporcionado no Iº nível (4ª classe), no IIº nível (5ª classe) e no ensino pré-universitário (11ª classe). Por outro lado, a História de África era apenas lecionada no IIº nível (6ª classe).” (ANDRÉ, 2014, p. 258).

Em 2001 foi criado um novo sistema de educação e realizada a Segunda Reforma Educativa que adotou um subsistema de jardim-infância e o subsistema do ensino geral, incluindo o ensino primário e os dois primeiros ciclos do ensino secundário. Ocorreram também mudanças nos conteúdos de História. Rebeca Helena assim apresenta essa nova organização:

“ Na 5ª classe visam-se conteúdos relativos à História de Angola, que estuda os períodos pré-colonial e colonial resumidamente. Estes conteúdos são mais alargados no segundo ciclo do ensino secundário, na 10ª classe. Relativamente à História de África é inicialmente estudada no ensino primário, na 6ª classe, e somente volta a ser estudada no segundo ciclo do ensino secundário com um relativo aumento dos seus conteúdos na 11ª classe. A História do mundo é significativamente visada durante o primeiro ciclo do ensino secundário (constituído pelas 7ª, 8ª e 9ª classes) através de uma abordagem linear de conteúdos relativos à origem do Homem na Terra bem como à descolonização da Ásia e da África”. (ANDRÉ, 2014, p. 259)

Para entendermos melhor a forma como o sistema educacional angolano se organiza veremos o “Relatório explicativo dos Organigramas do Sistema de Educação” publicado pelo Ministério da Educação de Angola em 13 de agosto de 2003. Este documento apresenta uma síntese da política educacional reformada a partir da aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação. De acordo com o relatório o Sistema de Educação passou a possuir três níveis: o Ensino Primário, o Ensino Secundário e o Ensino Superior. O Ensino Primário é dividido em duas modalidades, Educação Geral e Educação de adultos, na primeira modalidade as crianças entram com 6 anos de idade e cursam da 1ª a 6ª classe, depois passam ao Ensino Secundário que possui duas etapas, o 1º Ciclo de Ensino com três classes (da 7ª a 9ª) que prepara o estudantes para o 2º Ciclo de Ensino, este com 3 anos de duração com classes de 10ª

⁶ No dia 17 de julho de 1996, em Lisboa, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entidade reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 20 de Maio de 2002, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade e em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro.

a 12^a ou com 4 anos de duração quando na modalidade profissionalizante e com as classes de 10^a a 13^a. Não vamos detalhar sobre as outras modalidades do Ensino Secundário e sobre o Ensino Superior, pois queremos nos ater as classes (7^a a 9^a) que guardam semelhanças de faixa etária de estudantes com o Ensino Fundamental brasileiro, em particular com o denominado Anos Finais que incluem do 6^a ao 9^a ano.

Além de reorganizar o sistema educacional, a Lei de Bases previu uma reformulação dos currículos escolares. Entre fevereiro de 2018 e abril de 2019 foi realizada uma atualização para corrigir erros nos materiais curriculares da Educação Pré-Escolar, do Ensino Geral e da Formação de Professores e em 2018 foi feita a adequação para contextualização dos conteúdos curriculares e determinação de um período de vigência para os materiais curriculares.

Em matéria publicada na sua página na Internet, a emissora alemã Deutsche Welle (DW), apresenta críticas à reforma educacional angolana, por conta da rapidez na implementação sem uma avaliação de especialistas, por incluir aprovação automática dos alunos no Ensino Primário e também por adotar nesse Nível de Ensino a monodocência, que é a utilização de apenas um docente para lecionar todas as disciplinas. Ainda nesta matéria, a emissora, entrevista o vice-presidente do Sindicato Nacional de Professores (SINPROF), Professor Manuel de Vitória Pereira, que reclama do governo por este ter ignorado a posição dos professores e por causa da falta de investimentos na educação. Pereira declarou: "Promete-se merenda escolar, mas as crianças continuam ainda a não ter, promete-se equipamento e material didático da primeira a sexta classe grátis e nada, vai tudo para o mercado negro, as condições em que as escolas funcionam, turmas debaixo de árvores, escolas que são ruínas, tudo isto prejudica o ensino" (<https://www.dw.com/pt-002/em-angola-questionam-se-resultados-da-reforma-educativa/a-17343606> . Acessado em: 02 dez. 2020).

2.7. Os Programas de História para o I Ciclo Ensino Secundário em Angola

Na 7^a Classe o Plano Temático possui cinco unidades, são elas: Introdução à História; A origem do Homem; Civilizações da Antiguidade; A Europa Feudal e A África no período Medieval. Observamos que no primeiro tema um dos objetivos específicos é a valorização das tradições orais na história de África, no segundo a explicação do por que razão África é o “Berço da Humanidade”, já o tema seguinte surpreendeu por dar destaque apenas ao Egito e a China. A última unidade temática é bem interessante por ser completamente dedicada ao continente africano, essa unidade aborda assuntos como, por exemplo, as migrações bantu e o islamismo na África.

O Plano Temático da 8^a Classe é igualmente composto por cinco temas: A expansão europeia e o comércio em escala mundial; A Era do tráfico de escravos negros; O mundo na Idade Moderna e a formação de mentalidades; As revoluções liberais, a cultura e a ideologia dos séculos XVIII e XIX e A Era Industrial. Nesta Classe o segundo tema trata de assuntos como: as origens do tráfico negreiro, o papel de chefes e soberanos africanos no tráfico de escravizados, a diferença entre a escravatura entre povos africanos e o tráfico transatlântico, as lutas africanas contra o tráfico, o caráter racista do escravismo praticado pelos europeus e as consequências para a África, em especial para Angola, do tráfico de escravizados. No quinto tema o Programa destaca apenas a contribuição dos negros escravizados na Revolução Industrial.

O programa para a 9^a Classe é um pouco maior que o programa das classes anteriores e por isso é composto de seis unidades temáticas: A ocupação colonial de África; A 1^a Guerra Mundial; A revolução socialista e a crise do sistema capitalista internacional; A 2^a Guerra Mundial; A Guerra Fria, a evolução do Mundo e a desintegração do bloco soviético e A descolonização da Ásia e da África. O próprio programa apresenta em sua introdução uma

divisão em 3 grandes unidades temáticas, sendo a primeira a que trata da ocupação colonial de África, a segunda trata do mundo no período entre as duas Guerras mundiais e suas consequências, a terceira é composta por conteúdos que se referem ao movimento independentista na Ásia e em África. Essa divisão explicita um grande peso do conteúdo de África, mesmo que o assunto apareça mais diretamente ligado a primeira e a última unidades temáticas.

Essa análise do Programa de História do 1º Ciclo do Ensino Secundário nos mostra que mesmo em Angola alguns temas sobre a História da África precisam ser melhor desenvolvidos, a não abordagem de sociedades africanas na Antiguidade e a consideração única ao Egito mostra falhas importantes, por outro lado a introdução de uma unidade temática específica sobre os povos africanos no período medieval, uma unidade bem extensa sobre o tráfico negreiro e suas consequências, demonstra a importância do conteúdo sobre África na 9ª Classe e isso pode ser uma interessante contribuição para repensar os currículos no Brasil.

Acreditamos que a inclusão na BNCC, no componente curricular do 6º ano, de uma unidade temática que trate do período medieval de forma mais aprofundada com objetos de conhecimentos abordando as sociedades africanas do século IV ao XVI tende a enriquecer e aprimorar o conjunto de habilidades dos estudantes, além de dar um passo indispensável para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

3. METODOLOGIA

Como já apresentado no corpo do texto realizamos uma análise crítica da BNCC, primeiro destacando os conteúdos de História da África nela contidos, em seguida fizemos uma comparação com as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana referentes aos conteúdos de história da África. Verificamos se na BNCC existe discrepância do conteúdo sobre História da África em relação aos conteúdos referentes a História da América e da Europa no currículo destinado as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e aos apontamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais. Também comparamos os conteúdos de História da África contidos na Base Nacional Comum Curricular com conteúdos adotados em Angola.

4. CONCLUSÕES

Neste artigo destacamos algumas das principais características das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Analisamos a Base Nacional Comum Curricular e verificamos que existe um *déficit* de conteúdos de História da África (pois estes representam pouco mais de 17% do total) em relação aos conteúdos sobre a América e a Europa no currículo destinado as turmas da última etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9 ano). Ademais, a abordagem que a BNCC faz sobre a história da África não inclui a maior parte dos conteúdos elencados pela Diretrizes Curriculares.

Na análise que fizemos do Programa de História do 1º Ciclo do Ensino Secundário de Angola (7ª a 9ª Classe) verificamos que mesmo em um país de África alguns temas sobre o continente africano poderiam ser melhor desenvolvidos: é o caso da unidade temática sobre a “Antiguidade” que inclui apenas o Egito, excluindo outras sociedades como por exemplo a Núbia. Entretanto consideramos muito interessante e positivo o fato de dedicarem uma

unidade do programa à África no período medieval e terem uma unidade com ampla abordagem sobre o tráfico negreiro e seus desdobramentos para o continente africano.

Defendemos que a BNCC precisa ser alterada para incluir outros componentes curriculares de História no 6º ano que discutam sobre:

- Outros povos africanos da antiguidade, além dos egípcios (entre 4.000 AC ao séc. V) na unidade temática: “A invenção do Mundo Clássico e o contraponto com outras sociedades);

- Sociedades africanas do período medieval do século IV ao XVI na unidade temática: “Lógicas de organização política”.

Essas inclusões não são para suprirem a carência de conteúdos, porém já representam uma proximidade com o que é determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Com esse artigo esperamos contribuir com análises propositivas e que se articulam com abordagens atualizadas sobre História da África e dos africanos. Incluímos no apêndice uma proposta de plano de aula de História que aborda questões sobre a história da África.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe Maria. **Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000100001.

Acessado em: 21 nov. 2020.

AGUIAR, Márcia Angela. Relato da resistência à instituição da bncc pelo conselho nacional de educação mediante pedido de vista e declarações de votos. *In: A BNCC na contramão do pne 2014-2024: avaliação e perspectivas*. AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (ORG). [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, p. 8-22. 2018. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acessado em: 23 nov. 2020.

ANDRÉ, Rebeca Helena. **O ensino da História em Angola entre 1960 e 2012: Evolução, formação de professores e cooperação internacional**. 2014. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79949/2/36208.pdf>. Acessado em: 30 nov. 2020.

ANGOLA. Lei 13/01 de 31 de Dezembro de 2001. Disponível em: https://www.unicef.org/angola/media/1381/file/Lei%202013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf. Acessado em: 02 dez. 2020.

ANGOLA. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação. **1º Ciclo do Ensino Secundário. Programas de História - 7ª, 8ª e 9ª Classes**. INIDE/MED, Editora Moderna. 2019. Disponível em: https://www.inide.co.ao/manuais/programas/2019-prg_historia_7_8_9-print.pdf. Acessado em: 04 out. 2020.

ANGOLA. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação. **Relatório explicativo dos Organigramas do Sistema de Educação. Republica de Angola**. INIDE/MED. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8892475-Inide-republica-de-angola-ministerio-da-educacao.html>. Acessado em: 01dez. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. **Nota do GT de História da África da Anpuh Brasil e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-afrika-da-anpuh-nacional-e-da-associao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-afrika-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>. Acessado em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acessado em: 04 out. 2020.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 04 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acessado em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília. MEC.2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acessado em: 04 de out. 2020.

CNTE PROTESTA CONTRA A BNCC EM SANTA CATARINA. 14 ago. 2017. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/cnte-participa-de-manifestacao-contr-a-bncc-em-santa-catarina-5f54> . Acessado em: 30 nov. 2020.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **O lugar da história e cultura africana e afro-brasileira nos debates contemporâneos do currículo brasileiro.** Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v3, nº08, p. 134-150. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2504/1356>. Acessado em: 19 nov. 2020.

EM ANGOLA QUESTIONAM-SE RESULTADOS DA REFORMA EDUCATIVA. DW Made for minds. 06 de jan. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/em-angola-questionam-se-resultados-da-reforma-educativa/a-17343606> . Acessado em: 02 dez. 2020.

ENTIDADES EDUCACIONAIS TEMEM RETROCESSO EM PAUTAS COM NOVA COMPOSIÇÃO DO CNE. 01 de jul. 2016. Disponível em: https://www.adua.org.br/mobile/frame1.php?pagina=noticia2.php&ID_ARTIGO=2941. Acessado em: 30 nov. 2020.

LUIGI, André Santos. **As Diretrizes Curriculares e o Ensino de História da África: estamos falando de quê?** Laplage em Revista. Sorocaba. Vol. 2, n3, set-dez 2016, p 7-22. Disponível em: <https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/198>. Acessado em: 20 nov. 2020.

OLIVEIRA, Luís Fernandes de. CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil.** Educ. rev. [online]. 2010, vol.26, n.1, pp.15-40. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>. Acessado em: 26 nov. 2020.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. O **conteúdo de história e cultura afro-brasileira existente na Base Nacional Comum Curricular do Brasil**. In: V Congresso Internacional de História: Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas, 2016, Jataí. Anais Eletrônicos do V Congresso Internacional de História: Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas, Jataí: UFG, 2016. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477880238_ARQUIVO_Anais_textocompleto2doc.pdf. Acessado em: 26 nov. 2020.

SOUZA, Mônica Lima e. A diáspora africana: as influências culturais da África no Brasil e no mundo. In: JORGE, N (org). **História da África e relações com o Brasil**. Coleção Eventos – Brasília: FUNAG, p.159-203. 2018. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/Historia_da_Africa.pdf. Acessado em: 30 nov. 2020.

TOKARNIA, Mariana. Temer revoga a nomeação de 12 conselheiros de educação feita por Dilma. Agência Brasil - Brasília, 28 jun. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/temer-revoga-nomeacao-de-12-conselheiros-de-educacao-feita-por-dilma>. Acessado em: 30 nov. 2020.

APÊNDICE A – PLANO DE AULA

Disciplina: História

Nível de ensino: Ensino Fundamental – 6º ano.

Duração: 1 hora e 40 minutos (dois tempos de 50 minutos).

Tema:

- Organização do Reino de Gana.

Problema:

- A influência do poder do Gana e a manutenção da unidade do reino frente à descentralização do poder administrativo.

Objetivo Geral:

- Apresentar aos alunos a forma de organização do Reino de Gana e o funcionamento do poder real.

Objetivos Específicos:

- Discutir a importância do sistema de aliança entre o Gana e os chefes locais.

Conceitos/Noções:

- Poder centralizado;
- Poder descentralizado.

Conteúdos:

1. Localização do reino de Gana.

- A região do Sahelo.

2. Formação do Reino de Gana:

- O povo Sonique;
- A região de Uagadu.

3. As descrições de Al-Bakri:

- O poder bélico;
- As riquezas;

4. Organização da administração do Reino de Gana:

- Os poderes do Gana;
- Os conselheiros do Ganai;
- Os poderes dos chefes locais.

Procedimentos e Estratégias:

Os alunos serão orientados a lerem um texto antes na aula. Em um primeiro momento o professor fará a exposição do texto e exibição de um vídeo. No segundo momento os alunos serão motivados a debaterem o texto. Já no terceiro momento, os alunos deverão fazer um exercício sobre o texto.

Recursos Didáticos:

- Mapa da África com localização de Gana;
- Vídeo: Grandes Reinos da África Subsaariana – parte 1.

Discussão Bibliográfica.

O texto do Ricardo da Costa trata da história de Gana, Mali e Songai a partir da expansão Árabe, tal abordagem apresenta o islamismo, não apenas, como um aspecto religioso dessas sociedades, mas como um fator fundamental, principalmente na constituição e expansão territorial desses Impérios. Costa utiliza a obra do cronista Al-Bakri como principal fonte das informações sobre o Império de Mali. Andrea Marzano, também, descreve a importância do islamismo para essa região no norte da África e considera o comércio como um importante vetor para sua expansão. Para Marzano além de “arabização” que ocorreu de forma diferente em cada local, se desenvolveu também um processo de africanização do Islã, dando a essa religião aspectos distintos em África. Acreditamos que é possível estabelecer uma conexão entre as obras desses dois autores na organização de um Plano de Aulas, pois ambos exploram aspectos do Império Ganês existindo uma complementação entre o texto de Ricardo o da Marzano. O caráter didático e direto que é adotado por Andrea Marzano favorece a utilização de seu trabalho na preparação de aulas para as turmas do Ensino Fundamental.

Avaliação:

Os alunos serão avaliados pela realização do exercício, onde deverão montar um quadro resumo da organização do Reino de Gana e os poderes de cada instância. Espera-se que os alunos sejam capazes de identificar as características da organização e as estratégias de manutenção do Reino de Gana.

Referências Bibliográficas:

COSTA, Ricardo da. A expansão Árabe na África e os Império Negros de Gana, Mali e Songai (Sécs. VII – XVI). Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/artigo/expansaoarabe-na-africa-e-os-imperios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvi>. Acessado em: 06 set. 2019.

DOMINGUES, Joelza Ester. Grandes Reinos da África Subsaariana - parte 1. 2015 (6m12s) Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/reino-de-gana-o-pais-do-ouro/> . Acessado em 16 dez. 2019.

MARZANO, Andrea. Os “impérios” da curva do Níger: Gana, Mali e Songai. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/59753ca7c60998c26bd929186e4c00e6.pdf>. Acessado em: 15 dez. 2019.

ANEXO A – Mapa da África (parte) com localização de Gana.



Fonte: <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com/2009/12/imperio-de-gana.html>